CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº: 1692/86 - Reautuado em 03.11.87

INTERESSADA : Escola de 2º Graus "João XXIII"/Bragança Paulista
ASSUNTO : Reconhecimento da Habilitação Profissional Plena de
Técnico em Edificações

RELATOR : Consº Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá

PARECER CEE Nº : 1864/87 APROVADO EM 16/12/87
CONSELHO PLENO

1- HISTÓRICO :

Em ofício datado de 30.10.87 e protocolado neste Conselho na mesma data, o Diretor da Escola de 2º Grau e Ensino Supletivo João XXIII e Diretor do IRME - Instituto Rocha Marmo de Ensino S/C. NÉLSON CARROZZO, requer seja admitido no processo em tela, como parte interessada, uma vez que é parte no Convênio **sub examine** (grifo e negrito são nossos)

2- APRECIÇÃO :

Alega o aludido Diretor, em sua solicitação, que a mesma se fundamenta no fato de ter o Grupo de Verificação e Controle de Atividades (G.V. C.A.), pelo Parecer nº 106/86, concluído que:

Analisando as cláusulas contidas no instrumento e levando-se em conta o objeto do acordo, observa-se licitude em todas elas."

Não podemos deixar de observar, entretanto, que o G.V.C.A. emite pareceres de ordem técnica, sem caráter decisório, pois que apenas opinativos.

Assim, e reconhecendo tal observação, encaminhou o Sr. Coordenador de Ensino do Interior a este Conselho, o processo nº 11.332/79 - DRE/C, que trata do reconhecimento da escola em tela e de Curso Técnico de Edificações a ela vinculado, para manifestar-se sobre:

" O Convênio de Administração, fls. 200 a 203, em face do Parecer CEE 439/85 CLN onde fica claro que uma mantenedora

autorizada a instalar uma escola não pode transferir a terceiros os direitos de tal autorização';"(...)

Em assim sendo, tal alegação do Diretor do Instituto "Rocha Marmo" de Ensino S/C não tem como prosperar.

A matéria ora tratada, desde 1977, encontra manifestações deste Colegiado, a saber:

-Parecer CEE nº 1051/77 : " (...) E isso porque, no âmbito educacional, a própria natureza da função discente, docente ou administrativa requer um relacionamento pessoal e intransferível, que não admite a intervenção de terceiros, por mais idôneos e bem intencionados que sejam."

-Parecer CEE nº 1104/82 : "Nestas condições, admitir-se a pura e simples transferência a terceiros das responsabilidades adquiridas pela mantenedora seria permitir-se o exercício dessas responsabilidades por entidade estranha ao processo e da qual não se exigiram as provas referida no artigo 5º da Deliberação 18/78."

-Parecer CEE Nº 0439/85: "Uma mantenedora, autorizada a instalar uma escola, não pode transferir a terceiros os direitos de tal autorização. No caso, em debate, é como se a mantenedora conservasse apenas a roupagem exterior, mas se esvaziasse de todas as funções inerentes a sua condição essencial."

Como se nota, este Conselho Estadual de Educação tem-se firmado, repetidamente, contrário a tal espécie de "convênio", exercitando, dessa forma, sua função de "órgão normativo, deliberativo e consultivo do Sistema de Ensino do Estado de São Paulo".

Não obstante a clareza solar de tal posição, o mesmo Conselho, tão logo teve conhecimento da realização de um outro "Convênio de Administração",

PROCESSO CEE Nº 1692/86 - PARECER CEE Nº 1864/87 -03-
firmado em 1º de agosto de 1980 entre a mesma Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista e o mesmo Instituto "Rocha Marmo" de ensino S/C. determinou, expressamente, sua denúncia e rescisão o que ocorreu em 30.03.81.

Pois, insistentemente, e fazendo de tal determinação verdadeira tábua rasa, realizaram tais instituições mais dois "convênios", sendo o primeiro, em 1º de março de 1981, transferindo, por um prazo de dez anos consecutivos, a partir desta mesma data, a administração global, com responsabilidade escolar, patrimonial e financeira, dos cursos técnicos e outros cursos de 2º Grau, mantidos pela Fundação, para o Instituto Rocha Marmo S/C, e o segundo, em 1º de abril de 1981, com prazo de nove anos, no qual o mesmo Instituto assumiu a administração escolar e patrimonial dos cursos superiores de Letras, Educação Artística, Estudos Sociais e Ciências - Habilitação em Biologia.

E, novamente, analisando referidos "convênios", manifestou-se este Colegiado, em circunstanciado Parecer aprovado em 23.09.87 pela Comissão de Legislação e Normas, e, posteriormente, pelo Parecer CEE nº 1581/87, contrário aos mesmos, determinando, mais uma vez:

"À vista do exposto, considera-se irregular a celebração do Convênio de Administração firmado entre a Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista e o Instituto "Rocha Marmo" de Ensino S/C para a administração global da Escola de 2º Grau "João XXIII" de Bragança Paulista, pelo que **se impõe imediata denúncia do citado Convênio de Administração.**" (o grifo e negrito são nossos).

E, não bastando tal determinação, o próprio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo não aprovou as contas da Fundação, referentes ao exercício de 1985, tendo-se manifestado expressamente contrário ao Convênio de Administração já referido, por julgá-lo prejudicial aos objetivos da Fundação, constando que o Conselho de Curadores não se manifestou a respeito.

Verifica-se que tal desaprovação de Contas tem sua razão de ser, pois, conforme consta de "Convênio de Administração", a Fundação fica excluída de qualquer participação ou vantagem no movimento financeiro do outorgado-administrador.

Quanto ao pedido, formulado pelo Diretor do I.R.M.E., de que este Conselho se digna a:

" -ou requisitar referido processo (nº 11.332/79-RE/C), com

todos os seus pareceres à Divisão Regional de Ensino de Campinas;

- ou aguardar a juntada das cópias que o Supte. está tentando obter naquela Divisão Regional de Ensino;

para que possa ser feito o reexame completo da matéria, (...)"

o mesmo não procede, pois que constam dos autos do p.p. os principais documentos daquele processo, que foram devidamente analisados pelo nobre Conselheiro Relator que elaborou o Parecer CEE n° 1581/87, em que se determina a "denúncia do citado Convênio de Administração", qual seja, Cons° Otávio César Borghi.

Por fim, e igualmente improcedente, mostra-se a solicitação do referido Diretor do I.R.M.E. de que:

" seja admitido no processo CEE 1692/86, como parte interessada uma vez que é parte no Convênio **sub examine**" (o negrito é nosso)

Ora, parece-nos, data vênua, equivocada a posição do Diretor, pois, tendo sido o Parecer CEE n° 1581/87 publicado na Imprensa Oficial em 23 de outubro de 1987 e tal requerimento do I.R.M.E. datado e protocolado neste Conselho, em 30 de outubro de 1987 - e, portanto, 7 (sete) dias após a conclusão do processo - o p.p. já havia encontrado seu notório desfecho, e devidamente encaminhado ao arquivo.

3 - CONCLUSÃO:

Pelo exposto, toma-se conhecimento do requerimento formulado pelo Diretor do Instituto "Rocha Marmo" de Ensino S/C, para negar-lhe deferimento.

São Paulo, aos 19 de novembro de 1987.

a) Cons°. BENEDITO OLEGÁRIO RESENDE NOGUERIA DE SÁ
Relator

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Comissão de Legislação e Normas, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 16 de dezembro de 1987

a) Cons° JORCE NAGLE
Presidente